

# Vicente Greco Filho

Professor Associado de Direito Processual e Titular de Direito Penal da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, Professor Titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito da Universidade Mackenzie, Professor Titular de Direito Processual Civil da Faculdade de Direito de Sorocaba e Procurador de Justiça, aposentado, de São Paulo.

## *Direito Processual Civil Brasileiro*

Volume 1

*(Teoria Geral do Processo*

a

*Auxiliares da Justiça)*

10.<sup>a</sup> edição, atualizada  
1995

 editora  
**SARAIVA**

ISBN 85-02-00399-2 obra completa

ISBN 85-02-00400-X volume 1

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)  
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Greco Filho, Vicente, 1943-

Direito processual civil brasileiro / Vicente Greco Filho. — São Paulo : Saraiva, 1995.

Bibliografia.

167172

Conteúdo: v. 1. Teoria geral do processo e auxiliares da justiça. 10. ed. atual. — v. 2. Atos processuais e recursos e processos nos tribunais. 8. ed. atual. — v. 3. Processo de execução e procedimentos especiais. 9. ed. atual.

1. Processo civil 2. Processo civil - Brasil I. Título.

94-4355

CDU-347.9(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito processual civil 347.9(81)  
2. Brasil : Processo civil 347.9(81)

003279


**editora  
SARAIVA**

Avenida Marquês de São Vicente, 1697 — CEP 01139-904 — Tel.: PABX (011) 861-3344 — Barra Funda  
Caixa Postal 2362 — Telex: 1126789 — Fax: (011) 861-3308 — Fax Vendas: (011) 861-3268  
São Paulo - SP

**Distribuidora Saraiva de Livros Ltda.**

**AMAZONAS/RONDÔNIA/RORAIMA/ACRE**  
Rua Costa Azevedo, 31 — Centro  
Fone: (092) 234-4664 — Fax: (092) 232-2576  
Manaus

**BAHIA/SERGIPE**  
Rua Agripino Dórea, 23 — Brotas  
Fone: (071) 381-5854/381-5895  
Fax: (071) 381-0959 — Salvador

**BAURUI/SÃO PAULO**  
Rua Monsenhor Claro, 2-55 — Centro  
Fone: (0142) 34-5643 — Fax: (0142) 23-1017  
Bauru

**DISTRITO FEDERAL**  
SIG QD 3 Bl. C - Loja 55 - Setor Industrial Gráfico  
Fone: (061) 344-2920/344-2951  
Fax: (061) 344-1709 — Brasília

**GOIÁS/TOCANTINS**  
Rua 70, 861 — Setor Central  
Fone: (062) 225-2882/212-2806  
Fax: (062) 224-3016 — Goiânia

**MATO GROSSO DO SUL/MATO GROSSO**  
Rua Marechal Rondon, 549 — Centro  
Fone: (067) 382-3682 — Fax: (067) 382-0112  
Campo Grande

**MINAS GERAIS**  
Rua Célia de Souza, 571 — Sagrada Família  
Fone: (031) 461-9962/461-9995  
Fax: (031) 467-7379 — Belo Horizonte

**PARÁ/AMAPÁ**

Av. Almirante Tamandaré, 933-A  
Fone: (091) 222-9034/224-4617  
Fax: (091) 224-4817 — Belém

**PARANÁ/SANTA CATARINA**  
Rua Nunes Machado, 1577 — Rebouças  
Fone: (041) 234-2622/225-4484

**ALAGOAS/CEARÁ/PIAUÍ/MARANHÃO**  
Rua Gervásio Pires, 826 — Boa Vista  
Fone: (081) 421-4246/421-2474

**RIBEIRÃO PRETO/SÃO PAULO**  
Rua Lafayette, 94 — Centro  
Fone: (016) 634-0546/636-9677

**RIO DE JANEIRO/ESPÍRITO SANTO**  
Av. Marechal Rondon, 2231 — Sampaio  
Fone: (021) 201-7149 — Fax: (021) 201-7248

**RIO DE JANEIRO**  
**RIO GRANDE DO SUL**  
Av. Ceará, 1360 — São Geraldo  
Fone: (051) 343-1467/343-7563/343-7469

**SÃO PAULO**  
Av. Marquês de São Vicente, 1697  
(antiga Av. dos Emissários) — Barra Funda  
Fone: PABX (011) 861-3344 — São Paulo

# Índice sistemático

---

<i>Prefácio</i> .....	XVII
-----------------------	------

## Introdução

### 1. Teoria geral do processo

Unidade essencial da jurisdição — Labor científico na identificação dos princípios comuns e dos que são próprios a cada um dos ramos do direito processual — A lógica do direito processual .....	3
---	---

### 2. Uma visão política do processo

Da descrição histórica tradicional à concepção da dignidade do processo quando garantidor de direitos dos cidadãos em face do Estado .....	6
--	---

## Capítulo I

### Noções gerais

#### 3. O direito e a realização de valores

Norma jurídica e sociedade — O direito e os conflitos de interesses — Classificação dos interesses — O direito e seus valores constitutivos — Atitudes de estudo sob que se pode analisar a relação entre valores e direito .....	11
---	----

<b>4. O valor da pessoa humana como fundamento do direito</b>	
Direito e realização de valores — Concepção formal de Stammler — O valor da pessoa humana como valor supremo do direito .....	15
<b>5. A evolução do pensamento filosófico e o processo como instrumento dos direitos subjetivos</b>	
5.1. <i>A antigüidade greco-romana</i>	
Sócrates, Platão e Aristóteles — O gênio jurídico romano .....	17
5.2. <i>O cristianismo</i>	
Valorização da pessoa humana — Santo Agostinho — Santo Tomás — Origem divina do poder .....	19
5.3. <i>A Magna Carta e as Constituições de Federico II di Svevia</i>	
Conteúdo histórico e principiológico .....	20
5.4. <i>Do contratualismo às declarações de direitos</i>	
Mudança da fonte do Poder: de Deus para a própria sociedade — A efetivação das garantias nas primeiras declarações de direitos .....	23
5.5. <i>Época Contemporânea</i>	
Incorporação das garantias nas Constituições modernas e na Declaração Universal dos Direitos do Homem .....	24
5.6. <i>Os direitos e garantias fundamentais na Constituição Federal brasileira</i>	
Classificação: direitos materiais, garantias formais e garantias instrumentais — Concepção de Hans Kelsen .....	26
<b>6. Direito material e direito processual</b>	
Sistemas de efetivação de direitos: autotutela, autocomposição e jurisdição — Outra concepção: sistema do arbítrio do detentor do poder e sistema de garantias do processo — O processo e a criação do direito — Doutrina unitária e dualista do ordenamento jurídico .....	28

## 7. Atividade legislativa, administrativa e jurisdicional: seu relacionamento

Descrição — Nota característica da jurisdição — A proibição da justiça pelas próprias mãos — Exceções — Jurisdição, processo e procedimento — Natureza jurídica do processo — Relacionamento entre poder administrativo e Judiciário: sistema do contencioso administrativo e da jurisdição única — Anulação e revogação do ato administrativo — Judiciário e defesa da Constituição — Jurisdição contenciosa e voluntária ..... 32

## 8. O direito constitucional de ação e a tutela jurisdicional

Evolução histórica da oficialização da justiça — O direito de ação como garantia constitucional — Condições de exercício da ação: legitimidade para a causa, interesse processual e possibilidade jurídica do pedido — Condições da ação e mérito — Obrigatoriedade da jurisdição e as formas de tutela: de conhecimento, de execução e cautelar ..... 40

## 9. As garantias constitucionais do processo

### 9.1. *Garantias gerais*

Conceito — Garantias da magistratura — Proibição de tribunais de exceção — O duplo grau de jurisdição — Exclusão do juiz impedido e suspeito — Sistema de apreciação da prova: persuasão racional — A publicidade — Crimes contra a distribuição da justiça ..... 43

### 9.2. *A garantia da coisa julgada* ..... 53

### 9.3. *Os princípios constitucionais do processo penal*

A ampla defesa — Instrução contraditória — Sistema acusatório — Clareza da acusação — Citação regular — Defesa técnica — A verdade real — Disciplina da prisão em flagrante e da fiança — Nota de culpa ..... 56

### 9.4. *Os princípios constitucionais do processo civil*

Princípio da igualdade: o contraditório — Distri-

buição das faculdades processuais — Exceção às faculdades do contraditório .....	63
<b>10. O direito processual civil</b>	
Conceito e campo de atuação — Os diversos ramos do direito processual — Conceito do direito processual civil — Aplicação por exclusão .....	66
<b>11. O Código de Processo Civil</b>	
Notícia histórica do direito processual civil brasileiro: Ordenações — Regulamento 737, Legislações estaduais, Código de 1939, Código vigente — Estrutura do Código ..	68
<b>12. Direito processual e organização judiciária</b>	
Fontes legais do direito processual — Competência estadual para a organização judiciária — Natureza das normas de organização judiciária — Seu conteúdo .....	70

## Capítulo 2

### Da ação

<b>13. Conceito</b>	
Compreensão do conceito — Plano constitucional, plano processual do direito de ação — Outros significados do termo “ação” .....	75
<b>14. Condições da ação</b>	
<b>14.1. Legitimidade</b>	
Conceito — Legitimação ordinária — Legitimação extraordinária ou substituição processual — Tipos — Tratamento legal — Distinções em relação à representação processual e à sucessão processual — Investigação quanto à legitimidade: exemplo ..	77
<b>14.2. Interesse</b>	
Conceito — Distinção entre interesse processual e interesse material — Interesse necessidade, interesse utilidade: exemplo .....	80

- 14.3. *Possibilidade jurídica do pedido*  
 Conceito — Questões controvertidas: exclusões expressas da ação, requisitos prévios à ação, possibilidade jurídica do pedido, fundamento jurídico do pedido e mérito ..... 83
- 14.4. *Carência da ação*  
 Conceito — Carência e improcedência da ação — Momentos de decretação da carência da ação — Conseqüências da decretação da carência ..... 87
15. **Elementos da ação**  
 Utilidade do instituto — Partes: conceito e qualificação; pedido: genérico e específico; causa de pedir: próxima e remota — Teorias da substanciação e individualização — Fundamento jurídico e fundamento legal — Aplicações práticas no processo ..... 88
16. **Classificação das ações**  
 Critérios processuais: tipo de provimento e tipo de procedimento — Ações de conhecimento: declaratórias, constitutivas e condenatórias; ações de execução; ação cautelar — Quanto ao procedimento: ordinárias, sumaríssimas e especiais ..... 93

## Capítulo 3

### Das partes e dos procuradores

#### 17. Da capacidade processual

- Pressuposto processual relativo às partes — Capacidade de ser parte: conceito, entidades sem personalidade jurídica — Capacidade de estar em juízo: conceito, representação do incapaz, da pessoa jurídica nacional e da estrangeira, da União, Estados e Municípios, do espólio, das sociedades sem personalidade jurídica — Atividade processual das pessoas casadas — Curador especial e curador à lide — Defeito de capacidade ..... 99

**18. Dos deveres das partes e dos seus procuradores***18.1. Dos deveres*

Princípios éticos do processo — Deveres expressos  
— Ética na linguagem ..... 106

*18.2. Da responsabilidade das partes por dano processual*  
Dano decorrente do processo — Litigante de má fé 107

*18.3. Das despesas e das multas, dos honorários de advogado*  
Princípio de sucumbência — Justiça gratuita —  
Forma de pagamento — Honorários de advogado  
na atuação em causa própria — Fixação dos ho-  
norários — Sua natureza — Honorários na juris-  
dição voluntária e nos casos de desistência, reco-  
nhecimento ou acordo — Multa por culpa do  
serventuário, membro do Ministério Público ou  
do juiz ..... 108

**19. Dos procuradores: o advogado**

Capacidade postulatória — Advogado, estagiário, provi-  
sionado — Procuração: poderes gerais e especiais —  
Atuação sem advogado — Atos privativos de advogado  
— Atuação do estagiário e do provisionado — Socie-  
dades de advogados — Poderes processuais do advogado  
no Código — Deveres estatutários do advogado — Di-  
reitos estatutários do advogado — Ratificação de atos  
praticados sem advogado, renúncia do mandato ..... 112

**20. Da substituição das partes e dos procuradores**

Sucessão processual — Conseqüências da alienação da  
coisa ou direito litigioso — Sucessão a título universal:  
conseqüências processuais ..... 116

**21. Do litisconsórcio***21.1. Conceito*

Pluralidade de partes ..... 118

*21.2. Classificações*

Crítério quanto à posição processual, quanto ao  
tempo e quanto à obrigatoriedade ..... 118



21.3.	<i>Litisconsórcio facultativo</i>	
	Casos: por comunhão de direitos ou obrigações, pelo mesmo fundamento de fato ou de direito, por conexão e por afinidade de questões — Recusa ao litisconsórcio facultativo .....	119
21.4.	<i>Litisconsórcio necessário</i>	
	Definição legal — Litisconsórcio unitário — Falta de identidade de conceito com o litisconsórcio necessário .....	122
21.5.	<i>Da intervenção iussu iudicis</i>	
	Integração de litisconsortes necessários por ordem do juiz .....	123
21.6.	<i>Da atividade dos litisconsortes</i>	
	Prejuízo ou benefício pela atividade do outro ...	124
<b>22.</b>	<b>Da intervenção de terceiros</b>	
22.1.	<i>Idéias gerais</i>	
	Dificuldades do tema — Considerações históricas — Casos de intervenção de terceiros — Princípio geral que regula a intervenção — Classificações ..	126
22.2.	<i>Da assistência</i>	
	Figura no Código de 1939 — Assistência simples — Assistência litisconsorcial — Distinção em relação à intervenção litisconsorcial — Procedimento de ingresso do assistente — Atuação do assistente — Imutabilidade da sentença em relação ao assistente: <i>exceptio male gesti processus</i> — Qualidade de parte do assistente em função do conceito do termo parte .....	128
22.3.	<i>Da oposição</i>	
	Conceito — Natureza — Momento — Procedimento .....	134
22.4.	<i>Da nomeação à autoria</i>	
	Conceito — Alternativas decorrentes da nomeação — Distinção em relação à denúncia da lide no caso do art. 70, n. II .....	136

<b>22.5. <i>Da denunciação da lide</i></b>	
Conceito — Procedimento — Alternativas decorrentes da denunciação — Sentido da “obrigatoriedade” da denunciação — Conseqüências da falta de denunciação — Extensão das hipóteses da denunciação: interpretação restritiva — Hipótese do direito de regresso do Estado (CF, art. 37, § 6.º) — Conclusões .....	138
<b>22.6. <i>Do chamamento ao processo</i></b>	
Conceito — Hipóteses — Finalidade — Cabimento do chamamento no processo de execução ....	148
<b>22.7. <i>Da intervenção especial da União</i> .....</b>	<b>150</b>

## Capítulo 4

### Do Ministério Público

<b>23. Conceito</b>	
Origem — Representação anômala do Estado .....	155
<b>24. Funções, posições e atividades no processo civil</b>	
Classificação tradicional: parte, auxiliar da parte e fiscal da lei — Classificação segundo a natureza do interesse público defendido — Sistema do Código: atuação como parte, hipóteses; intervenção como fiscal da lei, hipóteses — Interpretação do art. 82, n. III — Obrigatoriedade de intervenção — Conseqüências da falta de intervenção — Responsabilidade civil do membro do Ministério Público	155
<b>25. Da organização do Ministério Público</b>	
Posição constitucional — Ministério Público Federal — Ministério Público dos Estados .....	160

## Capítulo 5

# Da jurisdição e da competência

### 26. Jurisdição: conceito, atuação, princípios e limites

Conceito: poder, função e atividade — Princípios: inércia, indeclinabilidade, inevitabilidade, indelegabilidade — Característica essencial: substitutividade — Definitividade — Caráter nacional da jurisdição — Limitações à atuação da jurisdição: *a)* casos de atuação anômala de órgãos não jurisdicionais; *b)* imunidade diplomática; *c)* limites negativos da competência internacional; *d)* contencioso administrativo; *e)* compromisso arbitral ..... 167

### 27. Competência: conceito e critérios determinadores

Conceito — Critérios objetivos de determinação da competência; critério funcional: por graus de jurisdição, por fases do processo, por objeto do juízo ..... 170

### 28. Competência internacional

Conceito — Sistemas de regulamentação da competência internacional: latino, germânico, anglo-americano e suíço — Pressupostos prévios do entendimento da competência internacional — Elementos de conexão do Código vigente (art. 88): domicílio do réu; local do cumprimento da obrigação; ato praticado ou fato ocorrido no Brasil — Empresa estrangeira com filial no Brasil — A competência do art. 88 é concorrente — Elementos de conexão do art. 89: ações relativas a imóvel situado no Brasil: inventário de bens imóveis situados no Brasil ..... 174

### 29. Litispendência internacional

Conceito — Problemas — Pressupostos do problema — Exceção ou objeção de litispendência internacional — Solução teórica dos problemas — Prevalência do direito internacional — Conclusões ..... 183

**30. Competência interna****30.1. Introdução**

Critérios doutrinários — Procedimento lógico para a determinação da competência ..... 192

**30.2. Competência funcional por graus de jurisdição**

Competência originária do Supremo Tribunal Federal — Competência originária no Superior Tribunal de Justiça — Competência originária nas Constituições estaduais e no Código de Processo Civil ..... 193

**30.3. Competência das justiças especiais**

Justiças especiais: Justiça Militar, Justiça Eleitoral, Justiça do Trabalho ..... 196

**30.4. Competência da Justiça Federal ..... 197****30.5. Competência de foro ou territorial**

O foro comum: domicílio do réu — Do foro nas causas em que a União for parte ou interveniente — Os foros especiais: da residência da mulher e do alimentando; da ação de anulação de títulos; da ação em que a pessoa jurídica for ré e das sociedades de fato; do local do cumprimento da obrigação; do local do ato ou fato nas ações de indenização — Foro facultativo nas ações de reparação de dano em razão de acidente de veículos — Foro para a homologação do laudo arbitral — Foro da situação da coisa: natureza, amplitude .. 198

**30.6. Competência de juízo: material, valor e distribuição**

Normas de organização judiciária — Natureza da competência material de juízo — Juízos distritais — Juízes de investidura temporária — Competência dos Tribunais de Alçada ..... 206

**31. Das modificações da competência — competência absoluta e relativa**

Competência absoluta e relativa: conceito, casos — Modificações da competência pela conexão e continência —

Conceito e conseqüências da conexão e continência — Competência funcional para a ação acessória, reconvenção, declaratória incidental, ações de garantia e relativas ao terceiro interveniente — Prejudicial penal — Derrogação da competência por convenção das partes e por falta de exceção declinatória de foro — Vícios de competência absoluta ..... 208

### **32. Dos meios de declaração da incompetência**

Atribuição natural do juiz — Exceção de incompetência — Conflito de competência: natureza, espécies, procedimento — Conflito de atribuições ..... 213

### **33. Da perpetuação da jurisdição**

Conceito — Alterações de direito relevantes ..... 216

## **Capítulo 6**

### **Do juiz**

#### **34. Investidura, garantias, organização da magistratura**

Órgão judicial: conceito, composição subjetiva — Supremo Tribunal Federal — Superior Tribunal de Justiça — Juízes federais de primeiro grau — Magistratura dos Estados: juízes de primeiro grau, tribunais, o quinto constitucional — Garantias da magistratura — Vitaliciedade: conceito; a perda do cargo — Inamovibilidade: conceito; remoção compulsória, disponibilidade — Irredutibilidade de vencimentos, conceito, limitações ..... 221

#### **35. Poderes, deveres e responsabilidade do juiz**

Poderes relativos à condução do processo — Indeclinabilidade da jurisdição — Mecanismos de integração do direito — Jurisdição de direito e jurisdição de equidade — Princípio da iniciativa da parte — Princípios relativos à prova: produção e persuasão racional na apreciação — Princípio da identidade da pessoa física do juiz: conceito,

limites — Responsabilidade pessoal do juiz no caso de dolo, fraude ou retardamento doloso — Responsabilidade do Estado por ato judicial .....	224
<b>36. Dos impedimentos e da suspeição</b>	
Imparcialidade: objetiva e subjetiva — Impedimento: casos, conseqüências — Suspeição: casos — Arguição do impedimento e suspeição — Extensão dos motivos de impedimento e suspeição ao Ministério Público, serventuários da Justiça, peritos, assistentes técnicos e intérpretes	232

## Capítulo 7

### Dos auxiliares da justiça

<b>37. Conceito</b>	
Auxiliares essenciais — Classificação dos auxiliares .....	239
<b>38. Dos serventuários e do oficial de justiça</b>	
Conceito — Atribuições .....	239
<b>39. Do perito, depositário, administrador, intérprete e outros</b>	
Conceito — Funções .....	241
<i>Bibliografia</i> .....	243
<i>Índice alfabético-remissivo</i> .....	251